



**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**PROJETO DE LEI N. 183/2025**

**PROPONENTE: DEPUTADA DÉBORA MENEZES**

**RELATOR: DEPUTADO FELIPE SOUZA**

Altera, na forma que especifica, a Lei Ordinária nº 7.127, de 17 de outubro de 2024, que “Dispõe sobre a proibição da reprodução em mídias digitais, televisivas e apresentações culturais e artísticas de conteúdo sexual vinculado às crianças em todo o Estado do Amazonas”.

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

No dia 11 de março de 2025, DEPUTADA DÉBORA MENEZES, parlamentar desta casa, apresentou o Projeto de Lei nº 183/2025, que Altera, na forma que especifica, a Lei Ordinária nº 7.127, de 17 de outubro de 2024, que “Dispõe sobre a proibição da reprodução em mídias digitais, televisivas e apresentações culturais e artísticas de conteúdo sexual vinculado às crianças em todo o Estado do Amazonas” (estabelecer critérios para a contratação de eventos artísticos pela administração pública do estado do Amazonas).

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

O presente projeto foi incluído nas pautas ordinárias dos dias 12, 13 e 18 de março de 2025, não tendo recebido emendas nesta fase de tramitação.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares destas Comissões e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Com base no que dispõem o art. 33, *caput*, da Constituição Estadual e art. 87, I, do Regimento Interno, a eminente Deputada Débora Menezes submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em breve síntese, que





## **GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA**

### **LIDERANÇA DO GOVERNO**

#### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

o projeto tem por finalidade “...estabelecer critérios para a contratação de eventos artísticos pela administração pública do estado do Amazonas”.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade, verificou-se que a presente propositura **está em consonância com as Constituições Federal e Estadual**. Quanto à competência para legislar, veja-se.

Art. 24-CF. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VII - proteção ao patrimônio histórico, **cultural, artístico**, turístico e paisagístico;

Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre:

[...]

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

IX - Educação, **cultura**, ensino e desporto;

Quanto à competência, não se vislumbram óbices, posto que não há reserva de iniciativa prevista no texto constitucional federal ou estadual, de tal sorte que prevalece a regra disposta no art. 33, caput, da Constituição do Estado do Amazonas:

Art. 33-CE. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela EC nº 92 de 25.11.2015)

Todavia, o projeto de lei em questão possui uma cláusula que, por sua natureza, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo estadual. Visando a uma melhor adequação do texto legal aos ditames constitucionais e regimentais, será apresentada uma ementa supressiva, com o objetivo de retirar essa disposição específica do corpo do projeto, permitindo que a tramitação prossiga de forma regular e em consonância com as normas vigentes.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## **GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FELIPE SOUZA**

### **LIDERANÇA DO GOVERNO**

#### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

#### **EMENDA SUPRESSIVA**

Art. 1º Fica suprimido o inciso III do art. 3º do projeto de lei:

Art. 3º No caso de descumprimento ao disposto nesta Lei, independentemente da classificação indicativa, acarretará cumulativamente:

I - a rescisão imediata do contrato;

II - a aplicação das sanções contratuais cabíveis;

~~III - multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do contrato, a ser destinada ao Fundo Estadual para a Criança e ao Adolescente FECA.~~

[...]

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende aos requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL na forma da emenda supressiva apresentada**, ao prosseguimento do **Projeto de Lei Ordinária nº 183/2025, de autoria da DÉBORA MENEZES, parlamentar desta casa**, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

É o parecer.

Manaus, 6 de maio de 2025.

**DEPUTADO FELIPE SOUZA – PRD**


**Relator**

**Ouvidor**

**Líder do Governo**

**FELIPE  
SOUZA**  
ESTADUAL

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez  
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

 assembleiaam [www.ale.am.gov.br](http://www.ale.am.gov.br)

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : DC37F28F00134572 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - DEPUTADO(A) - EM 06/05/2025 14:21:33

